

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	19/04/2019	21,9 cm ²	Cidades	14

14

TRIBUNA
INDEPENDENTE

CIDADES

MACEIÓ - ALAGOAS - SEXTA-FEIRA,
SÁBADO E DOMINGO, 19, 20 E 21 DE ABRIL DE 2019

CIDADES EMFOCO

ROBERTO BAIA
robertobaiaabarro@hotmail.com



REFORMA DE DELEGACIAS

Em julho de 2017 o Ministério Público Estadual de Alagoas (MPE/AL) ajuizou ação civil pública contra o Estado de Alagoas de modo que o poder público fosse obrigado a reformar as delegacias dos municípios de Joaquim Gomes e Flexeiras.

INSALUBRES E SUPERLOTADAS

Em sua petição, a Promotoria de Justiça dessas duas cidades alegou que as estruturas físicas dos dois prédios da Polícia Civil precisam de reformas urgentes, uma vez que estavam insalubres, superlotadas e sem o material de expediente necessário para o devido trabalho dos policiais. Após analisar os argumentos apresentados pelo promotor de justiça Paulo Barbosa, o Poder Judiciário chegou a realizar duas audiências de conciliação, porém, não se chegou a um acordo com o Poder Executivo. E foi a partir daí que o Juízo local determinou que as obras comecem dentro de 30 dias.

COLOCA EM RISCO

"Após visita de inspeção feita pessoalmente por este representante do Ministério Público, para fins de informar a situação das delegacias de polícia de Flexeiras (109ª DP) e Joaquim Gomes (110ª DP) ao Conselho Nacional do Ministério Público, no exercício do controle externo da atividade policial, foram constatadas que as referidas unidades policiais encontram-se em situação de extrema precariedade, tanto no que se refere à insalubridade, conforme atestado pelos relatórios da Vigilância Sanitária, bem como sérios problemas estruturais, em relação aos equipamentos necessários ao exercício da atividade-fim, colocando, assim, em risco a integridade física e a saúde dos policiais civis, da população e dos detentos", diz um trecho da petição.

... E além de pedir as reformas das delegacias de Joaquim Gomes e Flexeiras, Paulo Barbosa requereu também, alegando urgência, que as celas dessas duas unidades permaneçam interditadas até que as obras sejam concluídas.